

## 7º Princípio: Compromisso com a Comunidade

*As cooperativas contribuem para o desenvolvimento sustentável da sua comunidade no quadro de orientações aprovadas pelos seus membros.*

### 1.Introdução

Este 7º Princípio foi pela primeira vez enunciado como Princípio cooperativo distinto na reformulação dos Princípios cooperativos aprovada pelos membros da Aliança aquando da sua assembleia geral em Manchester, em 1995. Antes de 1995, o compromisso com as comunidades fazia parte do 6º Princípio da cooperação entre cooperativas, que estipulava, na clarificação dos Princípios da Aliança em 1966, que: *“As cooperativas servem melhor os seus membros e comunidades através da cooperação entre elas, tanto no país como no estrangeiro”*.

O 7º Princípio combina dois elementos dos Valores cooperativos enunciados na Declaração da Aliança sobre a Identidade cooperativa: *“a autoajuda e autorresponsabilidade”* e *“os valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e altruísmo”*. O 7º Princípio dá vida a estes dois elementos da identidade e valores cooperativos.

A combinação destes dois elementos explica-se pelo facto de as cooperativas serem produto das comunidades nas quais exercem as suas atividades, e onde estão enraizadas. O seu sucesso depende da sua capacidade em apoiar o desenvolvimento sustentável dessas comunidades. A melhor ilustração histórica disto são os objetivos enunciados pelos Pioneiros de Rochdale na sua “Lei Primeira”. Cada objetivo está ligado à melhoria das condições de vida e meios de subsistência dos membros das comunidades que servem, ademais do objetivo comercial fundamental dos Pioneiros, o fornecimento de bens e serviços: por exemplo, a “Lei Primeira” comprometia a sua sociedade à criação de emprego e melhoria da habitação.

As primeiras cooperativas reforçaram as suas comunidades por meio de atividades educativas, sociais e culturais. As salas de reunião das cooperativas a nível local ofereciam muitas vezes uma infraestrutura para o desenvolvimento das organizações da sociedade civil, de organizações voluntárias e comunitárias. O desenvolvimento de associações cooperativas foi ocasião de desenvolver as capacidades de liderança democrática, competências transferíveis que enriqueceram as comunidades e reforçaram o seu tecido social.

Os valores éticos enunciados na Declaração da Aliança sobre a Identidade cooperativa emanam das relações particulares que as cooperativas mantêm com as suas comunidades, que vão para lá de meras relações económicas. As cooperativas são acessíveis aos membros das comunidades no seio das quais trabalham, e elas empenham-se a ajudar os membros dessas comunidades a ser autónomas, em todos os aspetos da sua vida. As cooperativas são entidades coletivas que existem numa ou mais comunidades. Herdaram tradições em matéria de promoção da saúde e do bem estar dos membros das suas

comunidades. Devem, por isso, esforçar-se por serem responsáveis, no plano ético e social, em todas as suas atividades.

A formulação deste 7º Princípio, a saber que *“as cooperativas contribuem para o desenvolvimento sustentável da sua comunidade”* coloca o assento tónico na preocupação pelo desenvolvimento sustentável das **suas** comunidades locais. Desafia todas as cooperativas a demonstrar que é possível ser-se uma empresa próspera e viável que beneficie, quer membros, que exercem o controlo democrático no seu seio, quer as comunidades onde exercem as suas atividades. Existem numerosos exemplos que ilustram o impacto considerável das cooperativas prósperas no desenvolvimento sustentável das comunidades locais. As três dimensões do desenvolvimento sustentável – económica, social e ambiental – têm tendência a reforçar-se mutuamente, no sentido de que a sustentabilidade social e ambiental é boa para os negócios e contribui para o sucesso económico perene de uma cooperativa.

É a partir dessa preocupação profundamente ancorada no desenvolvimento sustentável das comunidades locais que as mais vastas preocupações do movimento cooperativo pelo desenvolvimento sustentável das comunidades a nível nacional, regional e mundial floresceram e cresceram.

O laço entre preocupação local e preocupação mundial pelo desenvolvimento sustentável está manifesto na formulação do 7º Princípio. A formulação do 7º Princípio foi aprovada em 1995, no contexto do debate internacional na ONU em torno da definição dos objetivos do desenvolvimento sustentável. O conceito de “desenvolvimento sustentável” foi consagrado no relatório de 1987 da Comissão Mundial das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, intitulado *“O Nosso Futuro Comum”*, também conhecido por Relatório Brundtland, apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, a chamada Cimeira da Terra. O relatório explica em detalhe a noção de desenvolvimento sustentável. Define o desenvolvimento sustentável como:

*“Desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder aos seus. Dois conceitos são inerentes a esta noção:*

- *o conceito de “necessidades”, e mais especificamente de necessidades essenciais dos mais desfavorecidos, a quem convirá dar maior prioridade, e*
- *a ideia de limitações que o estado das nossas técnicas e da nossa organização social impõe sobre a capacidade de o ambiente responder às necessidades atuais e futuras”.<sup>1</sup>*

*“O Nosso Futuro Comum”* aprofunda depois o conceito de desenvolvimento sustentável:

*“O principal objetivo do desenvolvimento consiste em satisfazer as necessidades e aspirações do ser humano. Atualmente, as necessidades essenciais de quantidade dos habitantes dos países em desenvolvimento não são satisfeitas: a necessidade de alimentação, de alojamento, de se vestirem, de trabalho. Para*

*além destas necessidades básicas estas pessoas têm legítimas aspirações a uma melhor qualidade de vida. Um mundo em que a pobreza e a injustiça são endêmicas será sempre sujeito a crises ecológicas e outras. O desenvolvimento sustentável significa que as necessidades essenciais de todos são satisfeitas, incluindo dar a todos condições para aspirar a uma vida melhor.”*

*“Um nível de vida superior ao mínimo vital só será sustentável, na condição de os modos de consumo por todo o lado terem em conta as possibilidades de manutenção a longo prazo. Ora, muitos de nós vivemos acima dos meios ecológicos do planeta, nomeadamente no que diz respeito ao nosso consumo de energia. A noção de necessidades é certamente social e culturalmente determinada; para assegurar um desenvolvimento sustentável, é todavia necessário promover valores que encorajem um tipo de consumo nos limites do ecologicamente possível e a que todos possam razoavelmente aspirar.”<sup>2</sup>*

Aquando da Cimeira da Terra de 1992, foram adotados a “Agenda 21” (ou programa “Ação 21”) e a Declaração do Rio com os seguintes princípios:

*“Os seres humanos estão no centro das preocupações relativas ao desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida sã e produtiva em harmonia com a natureza (princípio 1) .... O direito ao desenvolvimento deve ser realizado de modo a satisfazer equitativamente as necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presente e futuras (princípio 3).... Para alcançar um desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve fazer parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerado isoladamente (princípio 4).”*

A questão do desenvolvimento sustentável foi o principal tema de discussão do Congresso da Aliança de 1992 em Tóquio, que adotou a Declaração sobre o ambiente e o desenvolvimento sustentável. Durante a mesma assembleia geral, um relatório especial intitulado: “Cooperativas e Ambiente” foi publicado. A Aliança pediu igualmente às organizações nacionais e setoriais para formularem a “Agenda 21 das cooperativas”. Quando a Aliança festejou o seu Congresso do Centenário em 1995, a preocupação ambiental assumira uma considerável importância a nível mundial, quer dentro, quer fora do movimento cooperativo. A resolução adotada no Congresso da Aliança sobre o desenvolvimento sustentável reafirmava a posição da Aliança segundo a qual as cooperativas deveriam procurar que o seu desempenho institucional e os seus programas educativos para os membros concedessem a prioridade às questões ambientais. O Congresso adotou igualmente o princípio do compromisso com a comunidade, incluindo a proteção do ambiente, na Declaração sobre a Identidade cooperativa da ACI.

Este histórico mostra o laço estreito que existe entre a Cimeira da Terra da ONU de 1992 e a decisão dos membros da Aliança em 1995 de incluir referência ao “desenvolvimento sustentável da sua comunidade” na formulação deste 7º Princípio. Este princípio engloba a preocupação do movimento cooperativo por um desenvolvimento económico, ambiental e social sustentável, que aproveite às comunidades, bem como aos próprios membros de uma cooperativa, e seu empenhamento em trabalhar nesse sentido.

## 2. Interpretação de palavras e frases

*“As cooperativas contribuem para o desenvolvimento sustentável da sua comunidade”.* O início da frase é ao mesmo tempo uma observação e a exposição de um facto. O valor cooperativo da “responsabilidade social e altruísmo” é demonstrado pelas cooperativas que fornecem vantagens às comunidades em que trabalham, bem como aos seus membros.

*“O desenvolvimento sustentável da sua comunidade”.* O conceito de “desenvolvimento sustentável” da expressão saiu do debate, e para ele remete, que teve lugar durante a Cimeira da Terra da ONU de 1992. Aí, o “desenvolvimento sustentável” foi definido como desenvolvimento que, por meio de benefícios económicos, ambientais e sociais que cria, melhorará o nível de vida das gerações atual e futuras, contribuirá para uma coexistência pacífica, para a coesão social, a justiça social e o progresso social, de uma forma que proteja e não deteriore o ambiente natural. Em 1997, o Tribunal Internacional de Justiça reconheceu o desenvolvimento sustentável como uma noção de direito internacional público. Existe hoje um amplo consenso em redor da natureza tridimensional do desenvolvimento sustentável: o equilíbrio ecológico, a justiça social e a segurança económica. Estas três dimensões são interdependentes e mutualmente regenerativas, e devem ser tratadas em paralelo.

*“O desenvolvimento sustentável da sua comunidade”.* “sua” é um pronome possessivo. Remete para a comunidade a que a cooperativa pertence e que lhe pertence; dito de outro modo, a comunidade no seio da qual exerce as suas atividades. A utilização do pronome demonstra que a preocupação principal deve ser para com as comunidades locais no seio das quais uma cooperativa exerce as suas atividades.

*“No quadro de orientações aprovadas pelos seus membros”.* Incumbe aos administradores e dirigentes eleitos obter aprovação pelos membros das orientações que influam de maneira positiva sobre o desenvolvimento sustentável das comunidades. São os membros que detêm o direito democrático de controlar a tensão criativa dinâmica inerente a este princípio: o equilíbrio entre interesse pessoal e preocupação pela comunidade. Existem numerosos exemplos concretos de membros cooperadores exigindo um compromisso maior da sua cooperativa em prol do desenvolvimento económico, ambiental e social.

## 3. Notas de orientação

### TRABALHAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL

As cooperativas caracterizam-se por, e disso estão orgulhosas, estarem enraizadas nas comunidades locais. São criadas por pessoas que procuram satisfazer as suas necessidades económicas comuns no seio das suas comunidades, adquirindo alimentos e serviços de qualidade a preços abordáveis, comercializando produtos locais, criando empregos a nível local e beneficiando de empréstimos, seguros e outros serviços. Nesse sentido, as

cooperativas são um instrumento efetivo de desenvolvimento social sustentável das comunidades em que trabalham.

Tendo por único limite as suas capacidades financeiras, numerosas cooperativas fazem prova de notável altruísmo e contribuem de modo significativo para os recursos humanos e financeiros das suas comunidades. Seguindo as boas práticas da responsabilidade social das empresas, numerosas cooperativas elaboram hoje relatórios sobre a responsabilidade social dos seus membros. As cooperativas compreendem que o desenvolvimento social sustentável necessita de manutenção de uma relação harmoniosa entre, de um lado o crescimento material, e de outro a satisfação de necessidades imateriais e aspirações da comunidade. Estas necessidades imateriais englobam a cultura e arte, a espiritualidade e os direitos religiosos, a educação, a história e a herança, os festivais comunitários e culturais, e as artes visuais. É essa dimensão social do desenvolvimento sustentável que a natureza única da empresa cooperativa tem capacidade de assegurar.

As cooperativas, fiéis à sua tradição, estão orgulhosas de poder responder às necessidades sociais, fornecendo diferentes serviços como os de saúde, de alojamento, de educação e serviços sociais, dando trabalho a pessoas desfavorecidas, e apoiando o desenvolvimento das comunidades. Desempenham nomeadamente um papel vital no seio de comunidades devastadas e despovoadas, fornecendo-lhes serviços e encorajando a autoajuda entre os habitantes. Além disso, as cooperativas respondem eficazmente às catástrofes naturais, como o demonstrou a resposta ao tsunami de 2004, coordenada pela Aliança.

Em numerosos países em que os serviços públicos estão ameaçados por restrições orçamentais, ou por uma tendência liberal de privatização dos serviços públicos, organizações cooperativas, como as agências de apoio ao desenvolvimento cooperativo sustentadas por empresas cooperativas locais, ajudaram as comunidades a criar cooperativas para assegurar serviços públicos. As cooperativas cada vez mais preenchem lacunas geradas por medidas de austeridade tomadas pelos Estados em resposta ao aumento da sua dívida no seguimento da crise financeira mundial. Existem também cooperativas que trabalham no interesse geral das comunidades, como as cooperativas sociais italianas, que fornecem diferentes serviços sociais, ou dão trabalho a pessoas desfavorecidas. Os beneficiários ou utilizadores dos serviços dessas cooperativas não são apenas os membros, e poderão existir tensões ou conflitos na repartição dos recursos, entre o interesse comum dos membros e o interesse geral. Meios de atenuar as tensões entre os diferentes grupos de interesse devem ser acordados. Estas iniciativas são uma ilustração prática deste 7º Princípio, que convida a trabalhar para o bem e a riqueza comuns.

As cooperativas sociais têm geralmente um importante corpo de filiados que pode incluir utilizadores-membros, investidores-membros, trabalhadores-membros, membros promotores e beneficiários não membros. O que distingue as cooperativas sociais das outras, é principalmente a missão de interesse geral que explicitamente definem como sua principal razão de ser, e que desenvolvem diretamente na produção de bens e serviços, no interesse geral.<sup>3</sup> A sua relação

com este 7º Princípio, que é comum a todas as cooperativas, é por isso fundamental, mais explícita e mais direta.

## SUSTENTABILIDADE SOCIAL: UM COMPROMISSO COM A PAZ E A JUSTIÇA SOCIAL

Numerosas cooperativas contribuem igualmente de maneira importante para o desenvolvimento social sustentável, ao apoiarem o crescimento de cooperativas nos países em desenvolvimento. É uma tradição de que as cooperativas se podem gabar, e que reflete um compromisso pela sustentabilidade social que todas as cooperativas deveriam sublinhar e imitar. Isto é importante, porque se a noção de “comunidade” é, de facto, antes de mais local, não o é apenas. Vivemos hoje numa comunidade mundial conectada pelos média e poderio das tecnologias de comunicação virtual.

Mesmo se as cooperativas se enraízam nas comunidades locais, os cooperadores são cidadãos do mundo. O conflito é a antítese da cooperação. As cooperativas e os cooperadores sempre se preocuparam pela paz e justiça social, e sempre trabalharam para a paz e a justiça social. Como a OIT, as cooperativas reconhecem que uma paz duradoura só pode assentar na justiça social, e que uma paz duradoura é pré-requisito essencial do desenvolvimento sustentável das comunidades aos níveis local, nacional, regional e mundial. Os exemplos de compromisso das cooperativas e dos cooperadores pela paz e a estabilidade são numerosos. As cooperativas deveriam assegurar-se de que o seu compromisso a trabalhar para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades inclui um compromisso de trabalhar pela paz e a justiça social e a promovê-los.

## SUSTENTABILIDADE SOCIAL: PREOCUPAÇÃO PELO BEM ESTAR DOS EMPREGADOS

Os empregados são recrutados de entre os membros das comunidades no seio das quais as cooperativas trabalham. O compromisso pelo desenvolvimento sustentável das comunidades impõe às cooperativas serem boas empregadoras e de se preocuparem com o bem estar dos seus empregados e suas famílias.

O preâmbulo da Recomendação 193 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Promoção das cooperativas (2002) faz referência aos “*direitos e princípios inscritos nas convenções e recomendações internacionais do trabalho*”. Uma referência às convenções e recomendações do trabalho da OIT figurava na versão preliminar da Recomendação 193 aprovada pelo Conselho de Administração da Aliança em abril de 2002. As normas do trabalho da OIT deveriam, assim, servir de base ao estabelecimento das políticas de emprego das cooperativas.<sup>4</sup> As cooperativas deveriam mostrar o exemplo esforçando-se por aplicá-las.

As novas cooperativas ou as pequenas cooperativas que não dispõem de competências profissionais em gestão de recursos humanos, podem ter dificuldades em se conformar com as regras internacionais do trabalho nas suas práticas de emprego. Por força do 6º Princípio, as cooperativas mais importantes

ou bem estabelecidas podem ajudar as novas cooperativas ou as mais pequenas a partilhar políticas, procedimentos e experiência em matéria de emprego. As cooperativas financeiras ou de seguros podem fornecer – e fornecem – planos de reforma acessíveis ao pessoal das novas empresas cooperativas. As cooperativas podem criar e juntar-se em cooperativas de 2º grau ou em federações para adquirir serviços de gestão de recursos humanos e de aconselhamento em matéria de emprego.

## SUSTENTABILIDADE SOCIAL: PREOCUPAÇÃO COM OS JOVENS

Como anteriormente explicado nestas notas de orientação, o valor de qualquer organização democrática gerida democraticamente pelos membros será tão boa como a sua nova geração de membros. As cooperativas deveriam, pois, implicar-se na promoção e apoio à juventude nas suas comunidades. Pode-se fazê-lo das mais diversas formas, por exemplo, por meio de representantes dos jovens eleitos para os conselhos de administração, conferências para a juventude, apoio às atividades para jovens e às organizações cooperativas de jovens, e um apoio à educação cooperativas nas escolas e nas universidades.

## DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO SUSTENTÁVEL

Este 7º Princípio da contribuição para o *“desenvolvimento sustentável da comunidade”* impõe igualmente às cooperativas de tomar a responsabilidade por contribuir para a luta contra a pobreza e as desigualdades de riqueza que existem, não apenas entre países desenvolvidos e emergentes, mas igualmente, cada vez mais, entre Estados-nação e as comunidades locais no seio das quais as cooperativas trabalham. As cooperativas são muito eficazes na redução da pobreza e luta contra as desigualdades de riqueza, pois a sua essência própria é criar riqueza para o maior número e não para uma minoria.

A persistência da pobreza, a explosão do desemprego na sequência da crise financeira mundial, e o fosso entre ricos e pobres que aumentou por efeito da mundialização e da crise, tornaram-se preocupações maiores no mundo inteiro, levantando questões políticas sensíveis relativas à repartição das riquezas. O preâmbulo da Recomendação 193 da OIT reconhece que *“a mundialização é para as cooperativas fonte de pressões, problemas, desafios e novas e diferentes oportunidades, e formas mais poderosas de solidariedade humanas impõem-se aos níveis nacional e internacional a fim de favorecer uma repartição mais equitativa dos benefícios da globalização”*.

Aquando da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social da ONU de 1995, um consenso foi encontrado sobre a necessidade de pôr o ser humano no centro do desenvolvimento. Foi conseguido um compromisso em matéria de luta contra a pobreza, de alcançar o pleno emprego e favorecer a integração social, principal objetivo do desenvolvimento sustentável. Um documento de informação à cimeira reconhecia que, se os membros cooperadores, empregados e suas famílias forem tomados em consideração, mais de metade da população mundial depende de empresas cooperativas para a melhoria do seu nível de vida. 5

A cimeira chamou a atenção dos governos sobre o papel desempenhado pelas cooperativas nas estratégias de criação de riqueza e redução da pobreza. Seguiram-se resoluções bienais adotadas pela assembleia geral da ONU, conducentes à proclamação do ano 2012 como Ano Internacional das Cooperativas, com o slogan *“As cooperativas constroem um mundo melhor”*. Na sua mensagem de início do Ano Internacional, o Secretário geral da ONU, Ban Ki-moon declarou: *“As cooperativas são um lembrete à comunidade internacional de que é possível prosseguir, quer a viabilidade económica, quer a responsabilidade social”*. Na cimeira Rio+20 de 2012, o relatório final reconheceu o papel atual e potencial das cooperativas em ajudar a alcançar o desenvolvimento sustentável e contribuir para a redução da pobreza e criação de emprego.<sup>6</sup>

A crise económica mundial provocada pela crise financeira de 2007/2008 fez luz sobre a capacidade das cooperativas sustentarem as comunidades locais, mostrando a resiliência das empresas cooperativas em tempos de crise económica. As atividades económicas das cooperativas visam antes de mais satisfazer as necessidades dos seus membros. Isso tem tendência a protegê-los da especulação financeira que, combinada com a excessiva procura de lucros, levou ao afundamento da finança mundial em 2008.

O controlo pelos membros e as suas profundas raízes locais permitem igualmente às cooperativas evitar o excesso que encontramos nas sociedades de capital, cuja razão de ser é gerar o máximo lucro em proveito dos acionistas e muitas vezes em detrimento da comunidade. Após terem estudado a resiliência da empresa cooperativa em período de crise económica, os universitários Johnston Birchall e Lou Hammond Ketilson chegaram à conclusão de que:

*“Uma das razões dessa longevidade (sustentabilidade económica) pode ser devida às cooperativas não serem movidas pela procura de um rendimento máximo. Pelo contrário, as cooperativas aspiram a prestar um serviço à comunidade e satisfazer as necessidades dos seus membros”*.<sup>7</sup>

Esta resiliência intrínseca não significa que as cooperativas estejam imunizadas contra os efeitos das crises económicas e financeiras. Algumas cooperativas adotaram as práticas das sociedades de capital concorrentes, com as mesmas devastadoras consequências. O seu enraizamento nas comunidades locais e a sua preocupação com o desenvolvimento sustentável não as coloca ao abrigo de uma falência causada por má governança e má gestão. As cooperativas podem também falir por causa de má governança e má gestão, como o demonstram vários exemplos. Elas expõem-se a esse risco quando não têm em conta os preceitos do 7º Princípio e se libertam do compromisso de exercer as suas atividades de maneira ética.

A viabilidade económica das cooperativas é essencial para a sustentabilidade económica, ambiental e social. Se não for economicamente viável, uma cooperativa não poderá contribuir para a luta contra a pobreza e as desigualdades na riqueza.



A capacidade das cooperativas contribuírem para o desenvolvimento económico sustentável das comunidades no seio das quais trabalham é manifesto. Mas como é que podem aplicar este 7º Princípio para o conseguir? Conseguem-no aplicando os seus valores éticos nas suas atividades comerciais, como os contratos de aprovisionamento ético e o comércio justo, o pagamento rápido aos fornecedores, o comércio Coop2Coop e o apoio às outras cooperativas.

## SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: PROTEGER O AMBIENTE, UMA NECESSIDADE URGENTE E CRESCENTE

No seio do movimento cooperativo, a preocupação ambiental não é de ontem. Desde há muito que serve de base a declarações e ações concretas para o ambiente. Num relatório ao Congresso da ACI em Moscovo, em 1980, intitulado *“As cooperativas no ano 2000”*, Alexander Laidlaw pinta esta triste realidade: *“Pouco importa o que se diz sobre o século que acabará em breve, será recordado provavelmente como o período durante o qual a raça humana mais poluiu e destruiu o ambiente”*. Nos anos 1980, cooperativas de consumo na Europa, América do Norte e Japão tomaram a iniciativa de lutar contra a degradação do ambiente desenvolvendo produtos ecológicos e promovendo o consumerismo verde. Cooperativas agrícolas igualmente se converteram à agricultura biológica para responder a uma procura crescente e proteger a saúde dos agricultores, expostos aos perigos dos pesticidas, enquanto cooperativas de pesca, conscientes da poluição da água pelos dejetos industriais e águas domésticas usadas, apelavam à adoção de regulamentos ambientais e encorajavam os consumidores a modificar o seu modo de vida.

A preocupação ambiental tornou-se preocupação maior no seio do movimento cooperativo quando passou a chamar a atenção a nível global. Desde 1995, a preocupação ambiental cresceu dramaticamente pelo aumento da consciencialização global da ameaça que o desenvolvimento humano põe sobre o ambiente, e devido à gravidade do problema, que não parou de crescer em vez de diminuir.

Aquando do Dia Internacional das Cooperativas de 2008, a Aliança difundiu uma mensagem a todos os seus membros: *“Fazer frente às mudanças climáticas por intermédio das cooperativas”*, ilustrando a magnitude do problema e sublinhando o contributo das cooperativas na luta contra a ameaça do aquecimento e das mudanças climáticas.<sup>8</sup>

Depois em 2009, aquando da Cimeira Cooperativa das Américas (Guadalajara, México), *“Crescimento e Sustentabilidade”* foi escolhido como tema central, sublinhando o carácter urgente do problema. O *“Pacto Verde Cooperativo”* foi lançado em consequência, bem como um plano de ação visando preencher os objetivos inscritos na Declaração. Subsequentemente, a conferência regional tida em Buenos Aires foi intitulada *“Empenhamento Cooperativo na Preservação do Planeta”*.

Estas iniciativas deveriam ser reproduzidas e repetidas em função da crescente ameaça ao nosso meio ambiente natural. Todas as cooperativas têm a responsabilidade e o dever de ter em conta o seu impacto sobre o ambiente, de

o reduzir e de promover a sustentabilidade ambiental nas suas atividades comerciais e comunidades onde trabalham. Numerosas cooperativas procuraram opor-se a essa ameaça convertendo-se ao consumismo verde, à agricultura sustentável, às energias renováveis e adotando outras políticas e iniciativas ambientais.

A magnitude do desafio ambiental exige uma resposta conjunta e coordenada dos diferentes setores da sociedade, incluindo o Estado. Por conseguinte, ao mesmo tempo que implementam as suas estratégias de preservação do ambiente próprias, as cooperativas deveriam igualmente contribuir para sensibilizar outros setores da sociedade, incluindo os poderes públicos, para a importância da implementação de políticas que protejam o ambiente. Como as cooperativas têm a reputação de agir em nome do bem comum, encontram-se em excelente posição para estimular e promover este tipo de ações. É essencial compreender que a amplitude do problema exige a cooperação de todos. Aí reside a chave do sucesso. Os esforços isolados, mesmo meritórios, provar-se-ão insuficientes, e mesmo frustrantes.

## BENEFÍCIOS DA NOSSA PREOCUPAÇÃO TRIDIMENSIONAL PELA SUSTENTABILIDADE

O altruísmo e a cooperação assentam no interesse mútuo. Estão enraizados nos nossos genes.<sup>9</sup> Existe uma clara e evidente vantagem para as cooperativas que decorre do compromisso tridimensional para o desenvolvimento sustentável das comunidades no seio das quais as cooperativas trabalham.

O compromisso tridimensional de contribuir para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades aproveita às cooperativas, pois o compromisso com este 7º Princípio tem um papel chave a desempenhar na aplicação do 5º Princípio da informação ao público em geral sobre as vantagens da empresa cooperativa, e no incitamento a tornar-se membros e reforçar uma cooperativa comerciando com ela. Numerosas cooperativas têm um orgulho extremo da diversidade de atividades comunitárias que sustentam, e que cobrem as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Fazem voluntariamente a promoção das suas atividades de apoio comunitário, como o abastecimento local para desenvolver as economias locais, o apoio à aquisição pelas comunidades de lojas e outros ativos, a ajuda ao desenvolvimento de outras cooperativas locais, o apadrinhamento de acontecimentos culturais, a apoio artístico e às campanhas ambientais, aos níveis local e mundial. O contributo das cooperativas para o desenvolvimento sustentável das comunidades é a demonstração de um compromisso concreto com este 7º Princípio, que incita também as pessoas a aderirem a uma cooperativa. Isso faz parte do processo de renovação e de crescimento do societariado.

É o que muitas vezes se chama de 'círculo vicioso da empresa cooperativa'. O sucesso e viabilidade económica da cooperativa geram os recursos necessários para a aplicação deste 7º Princípio da contribuição para a sustentabilidade económica, ambiental e social das comunidades no seio das quais as cooperativas operam. Esse compromisso responsável com a sustentabilidade leva por sua vez a novas adesões e a um aumento do volume de negócios e

excedentes que consolidam o sucesso económico de uma cooperativa. A sustentabilidade a longo prazo das cooperativas necessita de um compromisso a longo prazo e manutenção de uma relação positiva com as comunidades no seio das quais as cooperativas trabalham. Isso aproveita tanto às comunidades como às cooperativas.

## RELATAR O IMPACTO SOBRE A SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, AMBIENTAL E SOCIAL

As boas práticas requerem que as cooperativas deem conta do seu impacto sobre a sustentabilidade económica, ambiental e social, e o modo como aplicam os Princípios cooperativos ao desenvolvimento sustentável das comunidades onde operam. A Aliança lançou uma iniciativa mundial visando esse relato, a ser trabalhada no seu Grupo consultivo para o desenvolvimento sustentável. As cooperativas devem juntar-se ao movimento mundial em favor da transparência, e nele empenhar-se. Todas as cooperativas são encorajadas a ter em conta o quadro padrão de relato recomendado pelo Grupo consultivo para o desenvolvimento sustentável.

### 4. Questões para reflexão futura

## PUBLICITAR OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As cooperativas têm particular responsabilidade em alertar os seus membros e a opinião pública sobre os desafios do desenvolvimento sustentável, aos níveis local e mundial, e de contribuir para os esforços desenvolvidos para os promover de modo eficaz. O “Plano de Ação para a Década Cooperativa” apresenta a “sustentabilidade” como uma das prioridades para os próximos anos. Estipula que:

*“As cooperativas sempre atuaram de forma a permitir às pessoas que acessem aos bens e serviços sem serem exploradas. Tal significou negociar de acordo com uma série de valores assentes no que hoje se chama sustentabilidade. Ao centrarem-se na necessidade humana, as cooperativas respondem às crises de sustentabilidade de hoje e oferecem uma forma distinta de “valor partilhado”. Muito simplesmente, uma cooperativa é a procura coletiva de sustentabilidade. As cooperativas procuram ‘otimizar’ os resultados para todos os intervenientes, sem procurar ‘maximizar’ os benefícios de um só deles. Construir um desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável deveria constituir uma das motivações e justificações principais para o crescimento do setor cooperativo. Oferece uma resposta à questão de saber porque é que as cooperativas são necessárias e benéficas, neste período histórico.”<sup>10</sup>*

## DEFINIR OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Plano de Ação define igualmente objetivos para se alcançar a sustentabilidade económica, social e ambiental, e indica como esses objetivos podem ser alcançados através de ações possíveis ou indicativas. As cooperativas são

convidadas a ter em conta o conjunto das recomendações do Plano de Ação, as quais, uma vez postas em marcha, garantirão a concretização da visão da Aliança, a saber: *“converter a forma empresarial cooperativa no horizonte 2020 como chefe de fila reconhecido da sustentabilidade económica, social e ambiental, modelo privilegiado das populações e forma de empresa que conhece o crescimento mais rápido”*. Com o seu enraizamento local, as cooperativas podem igualmente apoiar no concreto projetos de desenvolvimento sustentável, quer localmente, quer por via de projetos internacionais.

## A GRAVIDADE DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS MUNDIAIS

A preocupação das cooperativas em agir face à crescente gravidade dos problemas ambientais mundiais ficou demonstrada nos debates na assembleia geral da Aliança, em Cancun, México, 2011, e igualmente por ações exemplares levadas a cabo por cooperativas aos níveis regional e mundial, para lutar contra as ameaças que pesam sobre o planeta, como o aquecimento climático, as emissões de CO<sub>2</sub>, a utilização de pesticidas e a destruição das florestas tropicais. Esse compromisso nas questões ambientais é bem vindo e deve ser encorajado, mas deve também ser acompanhado de ações locais em favor do ambiente. Por exemplo, o problema das mudanças climáticas deve levar todas as cooperativas a empenhar-se no controle das emissões de CO<sub>2</sub> e procurar reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Por outro lado, qualquer cooperativa preocupada pelas alterações climáticas e a destruição das florestas tropicais deve igualmente agir localmente, vigiando para que toda a madeira utilizada na construção e manutenção esteja garantida como tendo origem numa gestão responsável das florestas.

## ACESSO AOS CUIDADOS DE SAÚDE E OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS

O acesso aos cuidados e serviços médicos não é o único aspeto da promoção mundial da saúde. O acesso à água potável, a serviços de sanidade, à eletricidade para refrigeração dos alimentos e a uma habitação decente, segura e salubre, é igualmente essencial à saúde humana. O compromisso com a comunidade e o contributo que as cooperativas podem dar à sociedade civil ao apoiarem a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas serão igualmente importantes no futuro.

## SOFTWARE LIVRE

As cooperativas deveriam refletir sobre como melhor apoiar o desenvolvimento e a utilização de *software* livre, para poderem aceder a um software que vá de encontro às suas necessidades a um preço acessível. Isso é particularmente importante para as cooperativas bancárias e seguradoras, para as caixas de poupança e crédito nos países emergentes, mas também para outros setores cooperativos.

## COLABORAÇÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES

As cooperativas sozinhas não podem atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável das suas comunidades; têm de celebrar acordos e colaborar com

outras organizações, incluindo governos. Essa colaboração é indispensável perante o imenso desafio que representa a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. As cooperativas devem colaborar com outras organizações comunitárias, com sociedades do setor privado, grupos de voluntários, associações caritativas e poderes públicos locais, regionais e nacionais. Devem poder empenhar-se em empresas colaborativas que favoreçam o desenvolvimento sustentável, em acordo com o 4º Princípio, isto é, livremente e com condições que garantam a preservação do controlo democrático exercido pelos seus membros, e a autonomia e independência da cooperativa.

## PROMOVER A PAZ NO MUNDO E A COESÃO SOCIAL

As cooperativas sempre desempenharam um papel importante na promoção da paz no mundo e da coesão social. A aplicação dos Valores e Princípios cooperativos pelas cooperativas confere-lhes a capacidade única de contribuir para a paz e prosperidade mundial. Todas as cooperativas deveriam refletir sobre o contributo que podem trazer, no seio das suas comunidades e para além delas, à paz, à solidariedade, à justiça social e à prosperidade para todos

## CONTRIBUIR PARA CONSTRUIR A SOCIEDADE CIVIL

Todas as cooperativas deveriam desenvolver a sua capacidade de contribuir de maneira significativa para a construção da sociedade civil aplicando este 7º Princípio. Fazem-no contribuindo para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades locais e, mais largamente, para o desenvolvimento sustentável das comunidades nacionais, regionais e mundiais de que fazem parte. A integração dos membros vindos das comunidades locais nas empresas cooperativas cria novos ativistas empenhados e responsáveis, que fazem avançar o movimento cooperativo, ao mesmo tempo que se comprometem com outras organizações progressistas – na tradição dos fundadores deste grande movimento cooperativo mundial. As cooperativas sempre deram, e continuarão a dar, um contributo maior ao progresso da sociedade civil e à renovação democrática.

- 
1. <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf:p41>
  2. Ibid p 42.
  3. Cf. Normes Internationales pour les coopératives sociales de la CICOPA : [http://www.cicopa.coop/IMG/pdf/world\\_standards\\_of\\_social\\_cooperatives\\_en.pdf](http://www.cicopa.coop/IMG/pdf/world_standards_of_social_cooperatives_en.pdf)
  4. <http://www.ilo.org/global/standards/lang--fr/index.htm>
  5. <http://www.uwcc-wisc.edu/icic/def-hist/def/dim-int.html>
  6. Nações Unidas (2012). « O desafio que nós queremos” Documento final da Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, Rio de Janeiro, de 20 a 22 de junho de 2012. Documento A/CONF.216/L.1\*. Disponível
  7. Shah, T “Catalysing Co-operation: design of self-governing organizations”, Nova Deli, Sage (1996) referenciado em “Resilience of the Cooperative Business Model in Times of Crisis”, Birchall e Ketilson, Organização Internacional do Trabalho, Genebra (2009) página 12.
  8. <http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/2008-idc-en-2.pdf>
  9. Cf. Rodgers, D. “The Third Estate”, Co-operative Party 1999, <http://www.uk.coop/thirdsector/document/new-mutualism-third-estate>
  10. Aliança Cooperativa Internacional, “Plano de Ação para a Década Cooperativa”, página 14 (NT. Verificar na versão portuguesa)